



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 111/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 27 dias do mês de junho de 2017, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Juiz do Tribunal de Contas Europeu, Dr João Figueiredo, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 7.º-A, da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio.

[audição conjunta com a Comissão de Orçamento Finanças e Modernização Administrativa]

---

**Audição do Juiz do Tribunal de Contas Europeu, Dr João Figueiredo, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 7.º-A, da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio.**

**[audição conjunta com a Comissão de Orçamento Finanças e Modernização Administrativa]**

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada **Regina Bastos (PSD)**, deu início à reunião dando as boas vindas ao Senhor Juiz do Tribunal de Contas Europeu, **João Figueiredo**, assinalando a ocasião que originou a audição e agradecendo-lhe a disponibilidade para ser ouvido na Assembleia da República de modo tão célere após a sua recondução no cargo. Deu conta que, embora fosse uma audição conjunta com a Comissão de Orçamento Finanças e Modernização Administrativa, a Senhor Presidente dessa Comissão, Deputada **Teresa Leal Coelho (PSD)**, não podia estar presente no início da reunião. A Senhora Presidente agradeceu aos Senhores e Senhoras Deputadas de ambas as Comissões reunidas a participação na audição, dando conta do tempo para a intervenção inicial do convidado e para as perguntas e esclarecimentos dos grupos parlamentares, tendo então passado a palavra para a introdução do tema da audição.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 111/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

O Senhor Juiz do Tribunal de Contas Europeu (TCE) iniciou a sua audição por dar conta da sua atividade no curto período desde a sua indicação para o cargo, dividindo essa atividade em quatro áreas principais:

I. Questões tratadas em Plenário do TCE, em que destacou a declaração de fiabilidade do Relatório sobre as contas da União Europeia (UE) relativa ao exercício de 2016, assim como o plano estratégico para o período plurianual de 2018 a 2020. Das prioridades identificadas nas orientações estratégicas, que influenciariam a alocação de recursos internos do TCE, destacou o acompanhamento de programas relacionados com a utilização sustentável de recursos, migrações e segurança, mercado único e União Económica e Monetária e eficiência administrativa. Referiu ainda a apreciação da avaliação intercalar do Quadro Financeiro Plurianual que teve o seu início em 2014, bem como ao da constituição de um organismo de luta contra a fraude.

II. Auditorias e outras atividades realizadas em Câmara, em que referiu a organização do TCE em cinco Câmaras especializadas, estando o Senhor Juiz designado para a 1.<sup>a</sup> Câmara, que acompanha a execução da despesa da CE com a Política Agrícola Comum (PAC), as Pescas e o Ambiente. Destacou as 3 auditorias em que teve participação direta, em especial a realizada aos organismos que em cada Estado-Membro administram o financiamento nacional com a PAC, nomeadamente de modo a avaliar a legalidade e regularidade da despesa aceite para financiamento, trabalho esse desenvolvido em Portugal pelo IFAC e IGF. Das conclusões da auditoria, destacou a fragilidade sentida pelos organismos nacionais no desempenho do papel de controlo e validação de conformidade da despesa. Deu conta ainda de ter participado na avaliação do apoio concedido aos agricultores e na avaliação do processo de simplificação dos mecanismos da PAC.

III. Relação com as Autoridades Nacionais, onde incluiu o contacto direto e envio de relatórios de especial interesse aos órgãos de soberania, dando como exemplo as reuniões tidas com as Comissões de Assuntos Europeus e de Orçamento e Finanças da Assembleia da República.

IV. Diálogo com membros portugueses de órgãos internacionais e europeus, nomeadamente no Parlamento Europeu, na Representação de Portugal junto da União Europeia, entre outros exemplos.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 111/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Quanto a novos desafios que se colocariam, deu conta da questão sobre o futuro do orçamento da UE e os recursos próprios, a importância de uma maior eficiência administrativa para responder às críticas dos cidadãos em relação à UE, o novo quadro financeiro plurianual pós-2020 e o processo de saída do Reino Unido, entre outros.

A Senhora Presidente agradeceu a intervenção inicial do Senhor Juiz e passou a palavra para os esclarecimentos e questões, tendo solicitado a palavra as seguintes Senhoras e Senhores Deputados:

**Inês Domingos** (PSD), que solicitou maior detalhe sobre os desafios para o orçamento da UE decorrentes do «Brexit», bem como das novas prioridades e reforma do TCE, em particular quanto à eficiência administrativa, de modo a responder às preocupações dos cidadãos e à desconfiança sentida em relação às instituições e ao uso do seu financiamento. Quanto ao relatório emitido em abril sobre a negociação dos acordos de parceria para a execução de fundos comunitários, assinalou o facto de Portugal ter atempadamente concluído nessa negociação e cumprido o início da execução do novo Programa Quadro. Perguntou se existiriam dados quanto ao nível e qualidade da execução atual dos programas e fundos comunitários, bem como se faria sentido a renegociação do Programa em curso, conforme anunciado pelo atual Governo, se não seria mais importante executar o acordo estabelecido e concentrar esforços na negociação do próximo Programa Quadro [com início em 2020].

**Vitalino Canas** (PS), que tomou brevemente a palavra para indicar que, na tramitação do processo de recondução do Senhor Juiz, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista era de parecer favorável. **António Gameiro** (PS) interveio de seguida para sublinhar o facto da reforma em curso no TCE ter sido iniciada por um português, que deixou aliás o seu mandato no TCE por concluir para tomar posse enquanto o atual Presidente do Tribunal de Contas português. Centrou as suas questões no futuro da PAC e dos desafios para a agricultura portuguesa, referindo, entre outras, as questões da desertificação, bem assim como o impacto da contenção orçamental sobre o financiamento da PAC. Quanto à introdução de normas de auditoria EUROSAI (European Organisation of Supreme Audit Institutions – Organização de Instituições Supremas de Controlo das Finanças Públicas da Europa) e à saída de quadros qualificados do Instituto de Gestão Financeira (IGF), questionou qual o impacto que



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 111/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

teria sobre a qualidade dos relatórios desse organismo. Quanto ao lento arranque do Programa Quadro em curso, considerou que se deveu em especial à indisponibilidade de recursos para o cofinanciamento, dada a situação vivida por muitas empresas e considerando o contexto do setor financeiro.

**Pedro Mota Soares** (CDS-PP), que assinalou o papel do TCE como guardião independente da transparência na utilização dos recursos financeiros da UE, indicando a necessidade de se continuar o processo de reforma. Aludiu ao enfoque sobre a conformidade dos números *versus* da valorização do desempenho qualitativo. Na questão da fixação das prioridades questionou a opinião do Senhor Juíz sobre as mesmas e sobre a alocação de recursos que acompanharia essas prioridades. Relativamente ao Plano Juncker, indagou pela avaliação que o TCE fazia da sua eficácia, a propósito da possibilidade de o mesmo ser “extendido”. Quanto à saída do Reino Unido, perguntou que impacto teria sobre os recursos próprios e o cálculo das contribuições.

**Miguel Tiago** (PCP), que manifestou o seu apoio ao papel desempenhado pelo TCE no cumprimento da lei e sem elementos de avaliação subjetivos, através da verificação do cumprimento de critérios objetivos e quantitativos, de modo a evitar a politização dos critérios e juízos de valor subjetivos. Quanto ao relatório especial sobre o planeamento fiscal agressivo, indagou pelos resultados quanto aos territórios pertencentes à UE que são fiscalmente mais favoráveis e sobre qual o impacto sobre as receitas dos Estados-Membros decorrentes das sedes fiscais das empresas, onde os seus lucros são distribuídos, serem localizadas em países diferentes daqueles onde os lucros são gerados. Relativamente ao relatório sobre o Plano Juncker, assinalou dos resultados dessa análise a excessiva concentração, geográfica e temática, assim como a falta de transparência nos processos de atribuição de fundos.

O Senhor Juiz do Tribunal de Contas Europeu agradeceu as questões colocadas e respondeu individualmente a cada intervenção. No final da primeira ronda a Senhora Presidente deu conta de não haver inscrições para uma segunda ronda de questões, pelo que a audição terminaria então com uma ronda única. Indicou ainda que, para os efeitos previstos na Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia da Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia, seria dada informação ao Governo quanto à realização da audição para formalização do processo



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

### **ATA NÚMERO 111/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL**

de recondução do Senhor Juiz, fazendo votos de continuação do sucesso na missão que desempenhava.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=2094&title=audicao-do-juiz-do-tribunal-de-contas-europeu-joao-figueiredo>).

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de julho de 2017.

**A PRESIDENTE**

**(REGINA BASTOS)**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 111/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Oliveira  
António Costa Silva  
António Gameiro  
Carla Tavares  
Carlos Pereira  
Inês Domingos  
Isabel Pires  
Maria Luís Albuquerque  
Paula Santos  
Pedro Mota Soares  
Regina Bastos  
Rubina Berardo  
Vitalino Canas  
António Ventura  
João Rebelo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso  
António Sales  
Carlos Costa Neves  
Eurico Brilhante Dias  
Filipe Anacoreta Correia  
Francisca Parreira  
João Galamba  
Miguel Morgado  
Moisés Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques